



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009003-54.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Nacional Gas Butano Distribuidora Ltda**
 Requerido: **Anderson de Mattos Godoy Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. ajuizou ação de reintegração de posse, com pedido liminar, contra **Anderson de Mattos Godoy - ME** alegando, em síntese, que celebrou contrato de depósito com a ré, em 16 de março de 2015, com prazo indeterminado, tendo por objeto vasilhames transportáveis de aço para GLP – Gás Liquefeito de Petróleo. Foram confiados em depósito 200 (duzentos) vasilhames transportáveis de aço de GLP de 13kg e 20 (vinte) de 45kg. A ré foi notificada, tomando ciência da rescisão do contrato, em 23 de junho de 2016, todavia, não procedeu à devolução dos bens recebidos em depósito em 48h. Com o esbulho caracterizado a partir de 25 de junho de 2016, pede a reintegração de posse. Juntou documentos.

A apreciação do pedido de liminar foi relegado para fase posterior ao decurso do prazo de defesa.

A ré foi citada, mas não apresentou resposta no prazo legal.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, incisos I e II, do Código de Processo Civil, em face da revelia e porque não há necessidade de outras provas.

A autora provou a relação contratual mantida com a ré, tendo por objeto do depósito 200 (duzentos) vasilhames transportáveis de aço de GLP de 13kg e 20 (vinte) de 45kg. Houve regular notificação acerca da rescisão do contrato, mas a empresa não promoveu a restituição no prazo de 48h, incorrendo em esbulho, desde 25 de junho de 2016. Além disso, embora citada, a ré não contestou, o que implica presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial.

Nada impede, portanto, o acolhimento do pedido, observando-se apenas que a imposição de multa em caso de medidas obstativas à restituição deve ser fixada na fase de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cumprimento de sentença, caso verificadas. É cabível, ainda, o cumprimento imediato da medida, mesmo sem o trânsito em julgado, em face do deferimento de tutela de urgência, presente o perigo de irreversibilidade da medida se concedida ao final, em face da reticência da ré, estampada na falta de providência em virtude da notificação extrajudicial e citação.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para determinar a reintegração da autora na posse de 200 (duzentos) vasilhames transportáveis de aço de GLP de 13kg e 20 (vinte) de 45kg. Concedo tutela provisória, expedindo-se mandado para cumprimento imediato da reintegração, ficando desde logo autorizado reforço policial, se necessário. Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios arbitrados por equidade em R\$ 1.000,00 (um mil reais), quantia que está em consonância com os critérios do artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 10 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**